IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E AS ABORDAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS INTERSECCIONALIDADES: GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA

Eixo Temático 13 - GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: NOVAS AMEAÇAS, ENFRENTAMENTOS E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIAS

Hilaine Santos do Carmo [1]
Guilherme Gomes Ferreira [2]

RESUMO

Este artigo busca analisar, a partir do Programa Saúde na Escola (PSE), as temáticas circunscritas à educação que intersecciona sexualidade, gênero e raça, numa interface com a política de promoção da saúde, integradas ao projeto político e pedagógico (PPP) da escola. As questões basilares que estamos procurando responder são: Como se dá a construção do PPP entre as equipes de educação e saúde? E quais os principais desafios enfrentados, nesse momento histórico, ao debater as relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade? O PSE se configura como uma possibilidade concreta de debate desses temas, entretanto, historicamente foi estruturado sem o devido cuidado com o processo de integralização institucional entre as políticas de saúde e educação.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Integralidade. Conversa. Políticas públicas. Relações Étnico-Raciais.

INTRODUÇÃO

O artigo busca aproximar-se das práticas profissionais existentes no interior da intersecção entre educação e saúde, a partir de uma política pública em específico, criada e pensada para promover a saúde e prevenir a doença em ambientes escolares, o Programa Saúde na Escola (PSE). Este estudo tem como objetivo analisar a inserção direta na escola das temáticas circunscritas à educação que intersecciona sexualidade, gênero e raça, numa interface com a política de promoção da saúde integradas ao projeto político e pedagógico (PPP) da escola.

Diante deste objetivo e na perspectiva de ampliar as discussões sobre a integração entre os profissionais da saúde e da educação na abordagem à sexualidade, gênero e raça, identifica-

[1] Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, hilainesantosdocarmo@gmail.com;
[2] Professor orientador: Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, guilhermeferreira@ufrgs.br.

se a criação de uma política pública que visa integrar as duas áreas por meio de práticas pedagógicas voltadas à promoção da saúde na escola, desencadeada no país por meio desse programa intitulado PSE (Brasil, 2007). Nesse contexto, as políticas de educação e saúde voltadas às crianças, jovens e adultos da educação pública brasileira se interseccionam buscando a promoção da saúde no ambiente escolar e o pleno desenvolvimento desse público a partir de temas estratégicos e emergentes para ambas políticas públicas.

Entendemos que o programa, na maneira como ele foi estruturado e vem sendo executado, não apenas dialoga com aspectos da saúde/doença envolvendo a sua promoção, prevenção e proteção, como também é capaz de conduzir o sujeito a uma visão política de cidadania a partir da discussão de temas como gênero, sexualidade e raça. A escola, como espaço que viabiliza e proporciona o acesso da comunidade escolar através do seu Projeto Político e Pedagógico (PPP) participativo, tem o dever de promover o debate sobre os temas envolvendo gênero, sexualidade e raça para além da perspectiva puramente biológica, entendendo o sujeito em suas múltiplas subjetividades, a partir de marcadores sociais da diferença.

A escola, além da sua função social de promoção da cidadania, é um local estratégico para o desenvolvimento de atividades que valorizam a diversidade através da discussão de gênero, sexualidade e raça, buscando diminuir a vulnerabilidade social das infâncias e juventudes brasileiras (Salvador; Silva, 2018) em relação à essas matérias, (re)construindo aprendizagens significativas e ratificando uma ética inclusiva a partir do entendimento de que a promoção da saúde plena envolve não somente o bem-estar físico, como também o emocional/mental e o social.

METODOLOGIA

Essa pesquisa é de natureza fundamentalmente qualitativa, abarcando um conjunto de diferentes métodos de compreensão que descrevem e decodificam os componentes de um sistema complexo de significados (Neves, 1996). Com objetivo de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, “trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação” (Maanen, 1979, p. 520).

MÉTODO E NATUREZA

É fundamental, para a pesquisa qualitativa, que possamos compreender a localização dos sujeitos na sua vida social, já que "se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida" (Martinelli, 1999, p.25). Essa aproximação à vida real, em movimento, permite superar uma lógica do entrevistado como objeto dessa investigação, avançando para uma ideia do interlocutor como sujeito da sua própria história narrada por ele.

A escolha da metodologia de uma pesquisa está fortemente relacionada com o seu conteúdo e com os seus objetivos. Requer como questão central superar a relação sujeito-objeto, na busca da compreensão da relação sujeito-sujeito. Neste estudo pretende-se conhecer os mais variados elementos que envolvem a prática educativa integrada à saúde, num mundo dialético-crítico que se movimenta e é em si contraditório (Souza; Ribeiro, 2023).

A dialética se caracteriza como base lógica da presente pesquisa, com a compreensão de que o pesquisador e o objeto de pesquisa podem sofrer transformações durante o processo da investigação. O ponto de vista dialético da realidade, de acordo com Triviños (2010), compreende a mutabilidade do mundo e a da transformação de toda propriedade em seu contrário. Sendo assim, destaca a força dos aspectos contraditórios no processo do desenvolvimento.

CENÁRIO E SUJEITOS

Os cenários onde desenvolvem-se a pesquisa são a escola e a Unidade básica de saúde vinculada ao PSE no mesmo território. O trabalho de campo está em desenvolvimento em dois estados distintos: Rio Grande do Sul e Bahia, respectivamente nas cidades de Novo Hamburgo-RS e Caetité-BA.

Os sujeitos que fazem parte dessa construção são servidores que estão vinculados a escola e a Unidade de saúde, integrados ao PSE. A concepção de equipes multiprofissionais e multidisciplinares, idealizada no PSE, é importante na interação entre pesquisador e os sujeitos, promovendo um debate plural e diverso.

Mais do que sujeitos, são efetivos participantes da investigação. Importante salientar que, para esse trabalho, optou-se por não incluir os estudantes no processo de investigação, por se tratar de investigação com sujeitos que desempenham as políticas institucionais.

Quanto aos dados de identificação, as informações serão mantidas de forma genérica (Educação e Saúde), seguido de numeração para diferenciação. Esses dados serão preservados, pois demarca a posição que esses sujeitos ocupam em relação a esses marcadores e afetam a maneira como relatam suas experiências profissionais e de vida frente ao PSE.

A pesquisa apresentada está registrada no Comitê de Ética em Pesquisa sob o nº 80100824.0.0000.5334, por se tratar de um projeto relativo a seres humanos diretamente. Deste modo, respeitando os direitos morais e éticos dos sujeitos que foram e fizeram a interlocução no desenvolvimento desta investigação.

TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA ANALÍTICOS

A aproximação com o cotidiano dos sujeitos será realizada a partir do estabelecimento da conversa como metodolgoia da pesquisa, com profissionais de uma escola e de uma unidade de saúde que aderiram e atuam no PSE, em cada cidade.

Trazer a conversa como instrumento metodológico da pesquisa é uma proposta outra de pesquisar pela experiência da alteridade na relação com o outro. Atuar no exercício da escuta, a destreza do olhar que não almeja generalizar e que se interessa pelas diferenças singulares, pelos seus modos de vivência/existência. Pesquisar como criação de perguntas, como criação de problemas: “A reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas” (Freire, 2003, p.122).

A conversa como instrumento metodológico permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, em ocasiões que as inquietações abrolham e se forja o encontro potente, a experiência, a narrativa e o diálogo (Moura; Lima, 2014). Tecendo uma cidadania horizontal e solidaria na busca de soluções para problemas comuns.

A conversa enquanto encontro que acontece na vida cotidiana, carregando a dimensão da imprevisibilidade. Uma metodologia enquanto movimento dialógico entre epistemologia, ética, política e com um método delineado. “Tem a ver com a maneira como nos posicionamos diante do conhecimento e da possibilidade de sua produção” (Ribeiro, Souza, Sampaio, 2018, p.167).

Nesse contexto, o artigo está organizado de forma a conceber a conversa enquanto instrumento metodológico de pesquisa, ancorado no livro “Conversa como metodologia de

pesquisa: por que não?", organizada por Tiago Ribeiro, Rafael de Souza e Carmen Sanches Sampaio (2018). Logo, apresenta a apreciação das informações destas conversas enquanto compreensão da totalidade.

A partir do estabelecimento desses diálogos com profissionais que atuam no PSE, foi formado, de maneira intencional, um grupo focal. Para participação no grupo focal, foram usados como critérios de inclusão: (i) que todos(as) fossem servidores do município vinculados ao PSE por meio da escola e da unidade de saúde; (ii) que expressamente demonstrem concordância em participar do estudo através da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O intuito do grupo focal foi de favorecer os relatos de experiências, valores e crenças, as quais interagem na temática e foco (Ressel et al, 2008).

Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevista com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo foi reunir informações detalhadas sobre um tópico a partir de um grupo de participantes selecionados. O número de participantes seguiu orientação de estudos acerca do grupo focal, que referem de seis a quinze pessoas como um módulo recomendável (Dall'agnol, Trench, 1999). Portanto, foram convidados até 10 servidores para comporem a investigação.

Numa caracterização geral do grupo focal, Backes et al (2011) relatam que o grupo focal representa uma fonte que intensifica o acesso às informações acerca de um fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade. Desenvolve-se a partir de uma perspectiva dialética, na qual o grupo possui objetivos comuns e seus participantes procuram abordá-los trabalhando como uma equipe (Backes et al, 2011, p. 439).

Nesta investigação, foi primordial o estabelecimento das observações em grupo focal com testemunhas-chave, compostas por sujeitos que fazem parte da equipe multiprofissional e multidisciplinar do PSE em seu cotidiano, sendo: docentes, servidores técnico-administrativos, a equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e demais servidores que tenham participado da elaboração do projeto político-pedagógico da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Há um consenso sobre a importância das ações de promoção e educação em saúde desenvolvidas nas escolas com o intuito de promover a formação integral dos alunos (Gavidia,

2003). Considerando-se a educação e a saúde enquanto áreas de produção e aplicação de saberes destinadas ao desenvolvimento humano. A percepção do conceito de qualidade de vida também tem muitos pontos em comum com a definição de saúde. Observa-se nas décadas recentes que há uma mudança na concepção de saúde, superando o simplismo do conceito de saúde enquanto uma mera ausência de doença, passando a ser concebida como o bem-estar completo, físico, mental e social (WHO, 1948).

O estabelecimento de uma integração entre educação e saúde, para além de ações pontuais e isoladas, têm potencial para contribuir de maneira crítica e reflexiva na formação permanente dos educadores no ambiente escolar, de forma transversal e interdisciplinar (Figueiredo, Machado e Abreu, 2010). Nessa perspectiva, a educação em saúde contribui na formação da consciência crítica do educando, culminando na aquisição de práticas que visem à promoção de sua saúde, enquanto autocuidado, e da comunidade na qual encontra-se inserido (Costa, 2012).

Para se pensar no desenvolvimento da educação em saúde, Gomes (2012) afirma que são produzidos movimentos dinâmicos, a partir das reflexões internas à ciência e as questões colocadas pelos sujeitos sociais organizados em movimentos sociais. A articulação entre as ações interdisciplinares e intersetoriais da saúde e da educação resultou, entre outras coisas, na criação do Programa Saúde na Escola (PSE). Com a intenção de promover atividades de educação em saúde pela via da atenção básica no âmbito do ambiente escolar, o PSE passa a ser responsável pelas ações de cuidado em saúde na escola, incluindo prevenção, proteção, promoção e fortalecimento dos laços entre a comunidade e as redes de saúde e de educação (Brasil, 2020).

As diretrizes do PSE determinam que o desenvolvimento das ações integradas deve ser avaliado ao final de cada ano letivo, incluindo a gestão da sua qualidade, garantido o apoio institucional dos Estados e municípios (Portugal, 2006). O então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, no ano de 2006, assinam, neste contexto, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas de gênero, identidade de gênero, raça e etnia, orientação sexual, deficiência, bem como todas as formas de discriminações e violações de direitos, assegurando a formação continuada para os profissionais da educação (Brasil, 2015).

O modelo atual da educação criticado por Miskolci (2019), apresenta uma escola que se constitui em um modelo de técnicas que se empenham a fazer do sujeito uma reprodução do

outro, como se ensinar fosse algo bem-sucedido quando todos agem e pensam iguais. A escola, por sua vez idealizada por Carvalho e Laurencini (2017), investe na reflexão sobre as relações de gênero e sexualidade nos espaços escolares e não escolares, pensando suas projeções curriculares, culturais, sociais, formativas e valorativas.

Neste contexto, pretende-se uma escola imersa numa gestão democrática participativa, gerando um clima que possibilite a confiabilidade entre os sujeitos que lá atuam e o envolvimento da família e da comunidade na vida escolar. Portanto, um ambiente que instigue a horizontalidade nas relações, numa liderança positiva e ativa na escola (Azevedo, Basso e Moraes, 2023). Dito isto, a escola contribui para um processo educativo que seja dialógico e problematizador no contínuo e permanente processo de aprendizagem, por meio do PPP para a integração entre a saúde e a educação (Salvador e Silva, 2018).

Salvador e Silva (2018) destacam a contribuição nas concepções e práticas sobre saúde, em referência a escola no processo educativo considerando a historicidade, a intersetorialidade e a constituição de redes de colaboração, capaz de provocar aprendizagens significativas e ratificar uma ética inclusiva que visa à proteção social.Acerca da abordagem de questões em gênero, sexualidade e raça na escola pública brasileira, vimos se instituir na contemporaneidade um clima de pânico moral, impulsionado por movimentos políticos não democráticos no Brasil e no mundo. Essas pressões investem sobre a escola, atacada por movimentos neoconservadores como o “escola sem partido” e a narrativa da “ideologia de gênero”, além da famigerada iniciativa de militarização de escolas públicas (Zan e Krawczyk, 2019).

Atualmente, a educação sexual é efetivada como parâmetro educacional, porém, nas escolas esse tema corre o risco de ser extinto, pois, nos últimos anos, movimentos populares e políticos conservadores têm atacado o debate acerca disso por considerarem-o desnecessário e imoral, desacreditando até mesmo o seu aspecto científico (Zerbinati e Bruns, 2017). Embora tenham respaldo a partir de diretrizes e políticas de âmbito nacional, os professores e as equipes escolares em geral possuem dificuldade em abordar o tema por diversas questões, como desconhecimento parcial do assunto, a existência de preconceitos, a manutenção de crenças religiosas fundamentalistas e até mesmo por aprendizados recebidos no ambiente familiar (Mendel e Miranda, 2023).

A execução e o planejamento de políticas que considerem as dimensões étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, territorialidade, condições socioeconômicas, entre outras,

podem contribuir para determinar positivamente o modo de “nascer, viver, adoecer e morrer” de diferentes povos e grupos sociais (Lúcia Xavier, 2011).

A inclusão das temáticas de gênero, raça e diversidade sexual na educação, são consideradas as pluralidades que perpassam desde o reconhecimento da necessária mudança cultural, até a urgência na construção de referências teóricas e metodológicas que problematizem os preconceitos e potencializem a dimensão ética, estética e humanizadora das diferenças (Darsie e Saraiva, 2016).

Ao tempo que, se observa um aumento significativo no número de estudos e pesquisas que se debruçam sobre a importância da educação democrática, laica, de qualidade social, constituída pelo antirracismo e pela igualdade de gênero (Diniz, 2008; Coelho e Silva, 2021; Silva et al., 2021; Carine, 2023).

Dito isto, toda prática educativa que pretensamente constitui a realidade social e pedagógica, precisa pautar-se a partir das determinações de classe, raça, gênero, diversidade sexual, religiosidades, idades, entre outros. É imperativo que a produção teórica educacional insurja na busca do entendimento desses fenômenos por meio de estudos e pesquisas que busquem apreender o fenômeno educacional da atualidade e seu impacto sobre a vida dos sujeitos da educação em uma perspectiva crítica e que articule de forma interseccional esses diferentes marcadores sociais (Diniz, 2008; Coelho e Silva, 2021; Silva et al., 2021; Carine, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tentativa de compreender as ações e concepções dos participantes no processo de investigação, esta seção não prevê uma apresentação circunscrita em resultados, o que denotaria uma ação positivista distante da conversa como metodologia de pesquisa.

Neste artigo são apresentados os resultdos parciais da pesquisa de mestrado de um dos autores, aqui apresentadas duas catergorias para análise, Sendo: *Integração no PSE* e *Interseccionalidades no PSE*. Que emergiram diretamente das conversas realizadas com os sujeitos participantes da pesquisa, nos grupos focais.

Para os autores desse trabalho, a análise desenvolvida após as conversas, busca a compreensão da totalidade e aproximar-se da realidade a partir da imersão do pesquisador, sem pretensão de interpretação ancorada nos canônes da ciência moderna.

A seguir serão apresentadas as temáticas que por um questão puramente didática, estão descritas em tópicos, em que apreende-se a partir de totalidades menores, a busca de uma totalidade mais complexa.

INTEGRAÇÃO NO PSE

A relação de integração Educação e Saúde, proposta pelo PSE, é comprometida quando no nascedouro de sua implatação abstem a participação de parte dos integrantes da equipe multidisciplinar, afastando-se do processo de fortalecimento da democracia participativa. A verticalização dos processos pode ser obvservada na fala emblemática de uma professora em sua percepção do distanciamento das diretrizes proposta pelo programa.

> [3]*Eu acho que nos falta informação (...) há pra mim, uma falta de diálogo, o que vem a ser? [o PSE], qual a proposta deles? [a equipe UBS] a gente só percebe quando eles trazem a proposta, a gente não participa (...) a participação da educação acho que ficou ali uma lacuna (Educação 02).*

Para que toda a equipe esteja em conformidade com a proposta do programa, é incompatível a verticalidade nas tratativas, o que se distancia da Lei de criação do PSE, que salienta e o constitui como estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde da família e da educação básica (Brasil, 2007).

> *A Dentista vai ali (escola), ela vai fazer a saúde bucal, vai olhar e não consegue fazer toda a escola. No máximo duas turmas, duas pela manhã e duas à tarde. Aí a Dentista numa turma de 28 ou 30 alunos, identifica que 20 tem que ter atendimento odontológico. Como vai fazer o atendimento dessas 20? Porque a Dentista tem uma agenda fechada em que ela atende toda a comunidade. Então eu acho que o PSE é uma porta de entrada importante, um vínculo importante. Mas, não é uma porta que dá seguimentos. É uma porta limitada (Saúde 04).*

As demandas que se apresentam a partir da integralização da equipe de saúde no ambiente escolar, são passíveis de intervenção e estão preconizadas nas ações do Sistema Único de Saúde – SUS, que viabiliza às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto, relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos

[3] Importante salientar que os trechos que se configuram como citação direta dos conversantes serão destacados com recuo de 2 cm a direta e em itálico, espaçamento simples, dessa forma diferenciando das citações diretas de outros autores que segue o padrão ABNT.

espaços, equipamentos e recursos disponíveis nas UBS e nas escolas comtempladas pelo programa (Brasil, 2007).

A integralidade e a intersetorialidade como princípios do PSE, ampliam os diversos contextos e os papéis sociais dos sujeitos envolvidos nestes processos, proporcionam idealizações compartilhadas de saberes, produzindo aprendizagens significativas para que todos ajam em defesa da vida e de sua qualidade (Brasil, 2011).

A experiência relatada na fala de um participante que, analisa a integração proposta pelo PSE, evidencia suas percepções das perspectivas e das frustrações decorrentes na execução.

> *o que consigo analisar é que temos uma boa parceria com o Posto de saúde. Nas questões que envolvem por exemplo um acidente, eles atendem prontamente. De informalmente conversar com as gurias para saber de alguma situação familiar, coletar essas informações. Só que em ações do PSE isso é falho, acho que em questão de organização. Para aprofundar essas temáticas, ou fazer investimento em outras questões necessárias, primeiro seria necessário organizar, planejar. Porque requer muito mais detalhes, informação, conversas, trocas. Primeiro temos que organizar o básico que está falho, na comunicação, nas trocas (Educação 01).*

A ausência de um planejamento constituído e delineado pelas equipes que integram o PSE, ou sobre as diretrizes do programa denota, em algum grau, em prejuízo na articulação dos preceitos da política do SUS e da educação, no processo de construção de planos de trabalho compartilhados, arriscando descaracterizar seus objetivos e diretrizes (Peres; Grigolo; Schneider, 2017).

Ao considerarmos os princípios fundantes do PSE, identificamos como pré-requisito a compreensão da visão ampliada da saúde, pois emerge como uma estratégia de integração e de articulação permanente entre as políticas, setores que possuem contexto histórico marcado por aproximações e pelo entrelaçamento de seus objetivos, como a promoção da saúde atrelada à educação para a cidadania (Brasil, 1990; 2017).

A burocratização institucional, em todoas as suas demandas, constitui-se enquanto barreira para o desenvolvimento eficiente dos processos implementados no programa, gerando o carater cético de sua efetividade, conforme afirma o profissional de saúde no seguinte trecho:

> *Então as ACS (Agente Comunitário de Saúde) fazendo o trabalho do PSE na escola sendo muito mais ativo, conseguiriam ver algumas coisas assim para trazer a UBS (Unidade Básica de Saúde), para outros departamentos poderem se envolver nisso. Mas, acabamos caindo num ciclo, eu acho que hoje o PSE acaba sendo só obrigatório e não efetivo como deveria ser. Isso é minha opinião como trabalhador da saúde. (Saúde 04)*

Iniciativas para as ações conjuntas desde a constituição do PSE, impulsionaram uma aproximação entre os profissionais da educação e da saúde vinculados ao programa, no entanto, para a realização das ações integradas é necessária a identificação de conceitos teóricos e pedagógicos que possam alcançar e ampliar a conjuntura dessas ações (IBGE,2021). Portanto, ancorar-se nas diretrizes do programa e seus objetivos basilares.

INTERSECCIONALIDADES NO PSE

No Brasil, os movimentos sociais como um todo, e em paritucular o movimento negro, após muitos anos de luta, impulsionaram debates e discussões sobre a desigualdade de acesos dessa população. Ao avaliar resultados de pesquisas desenvolvidas especialmente a partir dos anos 1990 culminaram, no campo da saúde, na aprovação da Portaria nº 992 do Ministério da Saúde, de 13 de maio 2009, que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Monteiro, 2011).

Em 2003 foi aprovada a Lei n. 10.639, que alterou a LDB, incluindo os artigos 26-A e 79-B que, respectivamente, determinaram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas. Fato esse devidamente reconhecido pelo profissional de educação, em sua fala:

> *Quando tocamos essas temáticas de racismo, abusos, violências de gênero, questões de desigualdade, a gente consegue fazer uma qualificação (Educação 03).*

Faz-se necessária uma contextualização histórica sobre o período colonial a partir do século XV, onde as condições sociais do homem negro, segundo Munanga (2020), serviram como pretexto para justificar sua inferioridade civilizatória. Nesse processo, inicia-se a busca ativa por reduzir o homem negro “ontológica, epistemológica e teologicamente” (Munanga, 2020, p.25).

Todo esse processo é exemplenficado pela profissional de educação, que materializa toda a conjuntura, ao revelar a impressão de toda a comunidade na presença de um homem negro no ambiente escolar.

> *(...) O estagiário é um menino negro. Quando ele chegou na nossa escola foi bem impactante, um professor (...) a presença daquele homem alto, grande, negro para elas era associado a um perigo, uma violência, um monstro, um bicho. E era isso as primeiras impressões de algumas famílias e crianças (Educação 03).*

A partir do entendimento de que a discriminação racial é um processo histórico e político, Almeida (2018) descreve que os grupos racialmente identificados sofrem as mazelas desse fenômeno discriminatório, que cria as condições sociais para discriminá-los de forma sistêmica.

O Conselho Nacional de Educação(CNE) especifica através do parecer 3/20047, o significado das políticas de ação afirmativa, apresentando os variados níveis e modalidades da educação brasileira e evidenciando a necessidade de novas pedagogias que favoreçam uma educação antirracista.

Uma outra profissional de educação, entrelaçando e forjando a complexidade da relaçãoes da vida humana, levanta a questão de gênero e educação infantil, e todo o discurso conservador que busca reger o comportament humano.

> *É a figura masculina na questão da educação. Principalmente na educação infantil, ela tem um afastamento. Inclusive, esse ano teve uma questão na minha turma, com um pai. Que a primeira reunião foi comentado, apresentaram o trabalho da escola, a escola. E foi comentado que os meninos eram livres para suas brincadeiras, para exploração, brincar de boneca. E que a escola tem o cuidado de disponibilizar os brinquedos, e que não inibe essa brincadeira. E esse pai ficou bem receoso, o que me fez pensar, provavelmente todo mundo compreendeu que a partir dessa fala preocupado com essa brincadeira de boneca, do tipo de informação que ele anda consumindo. Sabemos que na mídia circula que a escola tem papel doutrinador, que a gente vai " engayzar" os meninos. Essas questões preconceituosas assim (Educação 01).*

Acerca da abordagem de questões em gênero e sexualidade na escola pública brasileira instaura nos dias de hoje um clima de pânico moral, alimentado por movimentos políticos não democráticos, no Brasil e no mundo. Essas pressões se desatam sobre a escola, atacada por grupos como o movimento "escola sem partido" e o movimento "ideologia de gênero", além de iniciativas de militarização de escolas públicas (Zan & Krawczyk, 2019. p.607).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, considerando os resultados deste trabalho, o que pôde ser verificado é a importância da conversa, enquanto potente produção de informações de pesquisa, com embasamento teórico e metodológico.

As catergorias Integração e Interseccionalidades no PSE, permitem uma abordagem que caracteriza o programa em suas principais nuances, orbitando nas temáticas que envolvem educação e saúde, em particular gênero, sexualidade e raça.

O Programa Saúde na Escola (PSE) se configura como uma possibilidade concreta de debate desses temas, entretanto, historicamente foi estruturado sem o devido cuidado com o processo de integralização institucional entre as políticas de saúde e educação, materializando-se na contemporaneidade de forma fragmentada e sem a devida capilaridade territorial.

Em suma o presente estudo na intenção de alcançar o objetivo de analisar a inserção direta na escola das temáticas circunscritas à educação que intersecciona sexualidade, gênero e raça, numa interface com a política de promoção da saúde integradas ao projeto político e pedagógico (PPP) da escola, se forjou enquanto campo de ampliação das discussões sobre a integração entre os profissionais da saúde e da educação revelando as potencialidades e debilidades do programa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 204 p.

AZEVEDO, M. A. R.; BASSO, L. P. ; MORAIS., P. C. G. . **Currículo, Base Nacional Comum Curricular e projeto político pedagógico**: reflexões e correlações. BOLETIM TECNICO SENAC, v. 49, p. 1-18, 2023

BACKES, D. S., COLOMÉ, j. s., ERDMANN, R. H., & Lunardi, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. O Mundo da Saúde, 35(4), 438-442. 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola – PSE**, e dá outras providências. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil. 2007 Dez 5 Seção 1: 2-3 (col. 2)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação. **Passo a Passo PSE**. Programa Saúde na Escola:tecendo caminhos da intersetorialidade. 2011; Brasília. Disponível em: http://189.28128.100/dab/docs/legislacao/passo_a_passo_pse.pdf. Acesso em: 18/04/2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/ arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Saúde na Escola**. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [cited 2020 Nov 24]. Available from: http://portal.mec.gov. br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada223369541/14578-programa-saude-nas-escolas

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista?** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CARVALHO, F. A.; LAURENCINI, A. **Ainda somos oitocentistas?** Desafios para a educação sexual e o ensino de ciências. Anais do V SIES – Simpósio Internacional em Educação Sexual

- saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero. Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR. 26 a 28/04/2017. Disponível em : http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3255.pdf. Acesso em 30/11/2018

COSTA, V. V. **Educação e Saúde**. Unisa Digital, p. 7-9, 2012.

Conselho Nacional de Saúde. 07 de abril de 2016. **Resolução CNES nº 510**, de 07 de abril de 2016.Brasil,2016,p.44

DALL'AGNOL, C. M., TRENCH, M. H. **Focal group as a methodological strategy in nursing research**. Rev. Gaúcha de Enfermagem, v.20, n.1, p.5-25, 1999.

DARSIE, C.; SARAIVA, E. S. **Gênero e diversidade sexual na educação**. Reflexão e Ação, v. 24, n. 1, p. 1-6, 2016. https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7495

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, J. (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

DINIZ, N. F. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200009 Organização Mundial da Saúde (WHOC). (1948)

FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T. ; ABREU, M. M. S. de. **A saúde na escola**: uma breve revisão histórica. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 247-354, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um encontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003,p.122

GAVIDIA, V. **La educación para la salud em los manuales escolares españoles**. Rev. Esp. Salud Publica, v. 77, n. 2, p. 275-285, 2003.

GOMES, M. L. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: potência de transformação ou política secundária?2009.88 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/D_politicanacional.pdf. Acesso em: 23/12/2014.

GOMES, L. C. **O desafio da intersetorialidade**: a experiência do Programa Saúde na Escola (PSE) em Manguinhos, no município do Rio de Janeiro.2012.173 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=653199&indexSearch=ID.Acesso em: 23/11/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar** – 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care**. In: POPE, C.; MAYS, N.(Org.). Qualitative research in health care. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

LÜDKE, M., & André, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. E.P.U. 2018

MAANEN, J. V. **Reclaiming qualitative methods for organizational research**: a preface,InAdministrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4,December 1979 a, pp 520-526.The

fact of fiction in organizational ethnography,InAdministrative Science Quarterly,vol. 24, no. 4,December 1979b, pp. 539-550.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo:Veras, 1999

MENDEL, A. P. C.; MIRANDA, J. C. **Formação de professores e educação sexual**: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 13, n. 38, 2023

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto,2012.

MISKOLCI, R; PEREIRA, P. P. G. **Educação e Saúde em disputa**: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. Interface (Botucatu. Online), v. 23, p. e180353-14, 2019.

MONTEIRO RB. **Orientações e experiências para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** no âmbito da formação e Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. **A reinvenção da roda**: Roda de Conversa: um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, v. 23, n. 1, p. 98–106, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 4. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em adminsitração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

PACHECO (Org.). Diferenças e desigualdades no cotidiano da educação básica. Campinas: Mercado de Letras, 2017. p. 227-256.

PALMA, Y. A, Strey M. N. **Orientação sexual e sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais**: e a escola com isso? Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 [Anais Eletrônicos]. 2013 Set 16-20. Florianópolis, Santa Catarina [acessado em 2016 maio 16]. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387452438_ARQUIVO_YaskaraArrialPalma.pdf

PIMENTEL, A. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. **Despacho nº 12.045** de 7 de junho de 2006. Diário da República, [S.l.], n. 110, 7 jun. 2006. Programa Nacional de Saúde Escolar.

RESSEL, L. B, GUALDA, D. M. R, GONZÁLES, R. M. B. **Grupo focal como estratégia para coletar dados de pesquisa em enfermagem**. Int J Qual Methods [periodico da internet]. 2002 May [acesso em 2002 Jun 20]; 1(2):Disponível em: http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/1_2Final/pdf/ressel.pdf

SAMPAIO, R. C. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação / Rafael Cardoso Sampaio, Diógenes Lycarião. -- Brasília: Enap, 2021.

SAMPAIO, C. S.; RIBEIRO, T.; SOUZA, R. **Conversa como metodologia de pesquisa**: uma metodologia menor? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO,Carmen Sanches

(Orgs.). Conversa como metodologia de pesquisa: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 21-40.

SALVADOR, M.; SILVA, E. M. **Programa saúde na escola**: saberes e diálogos na promoção da educação sexual de adolescentes. TEMPUS ACTAS DE SAÚDE COLETIVA, v. 2, p. 73-82, 2018.

SEFFNER, Fernando. **Sempre atrás de um buraco tem um olho**: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. PRÁXIS EDUCATIVA (UEPG. ONLINE), v. 15, p. 1-19, 2020. Disponível em https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15010

SEFFNER, Fernando. **A escola e a construção de um 'modus vivendi' de valorização da diversidade e de respeito aos diferentes modos de ser**. In: RIOS, Jane Adriana Vasconcelos

SEFFNER, Fernando. **Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86992, 2022.

SCHNEIDER S.A, MAGALHÃES C.R, ALMEIDA A.N. **Percepções de educadores e profissionais de saúde sobre interdisciplinaridade no contexto do Programa Saúde na Escola**. Interface (Botucatu). 2022; 26: e210191 https://doi.org/10.1590/interface.210191

SILVA, G. M.; SILVA, R. A. A.; DEALDINA, S. S.; ROCHA, V. G. **Educação quilombola:** territorialidades,saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2002

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas,2010, p. 175.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas. 1987

ZAN, D; KRAWCZYK, N. **Ataque à escola pública e à democracia**: notas sobre os projetos em curso no Brasil. Retratos da Escola, v. 13, n. 27, p. 607-620, 2019.

ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. T. **Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional**. RevistaTravessias, vol. 11, n. 1, 2017.